

Desencontros barram plano de entendimento

BRASÍLIA — A primeira semana de discussão no Congresso sobre a proposta de entendimento do presidente Fernando Collor teve mais desencontros que acertos. O Fórum de Entendimento Nacional trocou o nome para Fórum Nacional de Debates e recebeu mais críticas que sugestões consensuais. "É o Congresso dentro do Congresso", reclamou o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

O presidente Collor gostaria que as discussões fossem pautadas pelo Projeto de Reconstrução Nacional, o "Projetão". O PT concorda com as mudanças desde que o entendimento discuta novamente reforma agrária, reforma urbana e mudanças nas relações trabalhistas. A idéia não encontra apoio nem entre aliados do partido na campanha presidencial. "O PT quer refazer a Constituição", reclama o deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA). "Com isso, a esquerda corre o risco de perder o que conquistou em 1988."

O PSB aceita um entendimento nacional, desde que a primeira discussão seja a adoção de uma política anti-recessiva. O PMDB concorda com o debate, mas quer iniciar a discussão pela política salarial. O PSDB aceita o entendimento com uma única condição. "Se todo mundo quiser, a gente vai", afirma o deputado Jaime Santana (PSDB-MA).

Na maioria dos partidos, o en-

tendimento começou a passos lentos, mas no PDT ele veio de táxi. Na quarta-feira, a oposição perdeu por apenas cinco votos a chance de limitar os poderes presidenciais na edição de medidas provisórias. Contribuiu para isso a ausência de sete deputados do partido de Leonel Brizola, entre eles o próprio líder, Vivaldo Barbosa (RJ) que, segundo afirmou, não achou táxi para chegar ao Congresso na hora da votação. Por causa do incidente, Vivaldo acabou colocando seu cargo à disposição de Brizola, na sexta-feira.

Pelo erro das oposições ou pelo acerto das negociações, Collor já conseguiu aprovar 160 leis no Congresso em apenas um ano, incluindo as medidas provisórias. O sucesso dessa contabilidade é creditada pelo líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG) às negociações caso a caso, uma alternativa para o governo caso o entendimento tocado pelo Congresso venha a fracassar. O "Projetão" pode ser esmiuçado em vários projetinhos. "O governo não tem um partido grande e sabe que sua base parlamentar é pequena", explica Souto. Algumas das sugestões do Planalto, como a de criação do imposto sobre grandes fortunas, já existem na forma de projeto de lei originário do Congresso. Outras devem ser apresentadas pelo governo dentro de poucos dias. (L.S.).